



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 105/XIV/ 2.ª SL

Aos 23 dias do mês de março de 2021, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão De Economia, Inovação, Obras Públicas E Habitação, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

[Presencial e Videoconferência]

1. Apreciação e votação das **atas n.º 103 e 104** referentes às reuniões de 16 e 18 de março de 2021
2. Apreciação e votação do **requerimento** apresentado pelo **CDS-PP** para audição do Ministro das Infraestruturas e da Habitação; Conselho de Administração da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC); Conselho de Administração e Comissão Executiva da ANA Aeroportos de Portugal (Vinci Aeroportos); Professor Doutor Vital Martins Moreira e do Professor Pedro Matias Pereira, sobre Aeroporto do Montijo
3. Apreciação e votação do **requerimento** apresentado pelo **PCP** para audição da Associação de Municípios da Região de Setúbal, da Plataforma Cívica «Aeroporto BA6-Montijo Não!» e do Engenheiro Carlos Matias Ramos sobre "a deliberação de indeferimento liminar na ANAC, respeitante ao Aeroporto na BA6/Montijo"
4. Discussão do **Projeto de Resolução n.º 942/XIV/2.ª (BE)** – “Recomenda ao Governo a manutenção e reforço do programa 365 Algarve”
5. Apreciação e votação do **Projeto de Voto n.º 500/XIV/2.ª (PSD)** – “De Saudação pela nomeação de Cristina Fonseca como “Young Global Leader” pelo Fórum Económico Mundial”
6. Apreciação e votação da informação relativa ao **Projeto de Resolução n.º 973/XIV/2.ª (BE)** – “Integração da linha do Vouga no programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos”

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 105/XIV/ 2.ª SL

7. Apreciação e votação da informação relativa à discussão conjunta dos **Projetos de Resolução n.os 1075/XIV/2.ª (PCP)** – “Pela defesa da SPdH Groundforce e dos seus trabalhadores” e **1087/XIV/2.ª (BE)** – “Pelo controlo público da SPdH - Groundforce para garantir a defesa dos trabalhadores”
8. Baixaram à Comissão os **Projetos de Resolução:**
- **n.º 1095/XIV/2.ª (CH)** – “Pela urgente liquidação dos salários em atraso aos trabalhadores da Groundforce”
 - **n.º 1101/XIV/2.ª (JKM - Ninsc)** – “Recomenda ao Governo zelar pela proteção laboral e social dos trabalhadores e trabalhadoras da SPdH Groundforce e o controle público da empresa”
9. Baixaram para apreciação na especialidade os seguintes **Projetos de Resolução:**
- **n.º 965/XIV/2.ª (PSD)** – “Construção da variante ferroviária Santarém - Entroncamento da linha do Norte”
 - **n.º 957/XIV/2.ª (BE)** – “Pela requalificação do troço vale de Santarém – Entroncamento da linha do norte, incluindo a variante em Santarém”
 - **n.º 1001/XIV/2.ª (PS)** – “Recomenda ao Governo a modernização da Linha do Norte entre Santarém e Entroncamento e a resolução do problema das Barreiras de Santarém”
10. Outros Assuntos

1. Apreciação e votação das atas n.º 103 e 104 referentes às reuniões de 16 e 18 de março de 2021

Iniciada a reunião, o Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Pedro Coimbra, submeteu a votação as atas n.ºs 103/XIV/2.ª e 104/XIV/2.ª, relativas às reuniões de 16 e 18 de março de 2021, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do PAN e do PEV.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 105/XIV/ 2.ª SL

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo CDS-PP para audição do Ministro das Infraestruturas e da Habitação; Conselho de Administração da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC); Conselho de Administração e Comissão Executiva da ANA Aeroportos de Portugal (Vinci Aeroportos); Professor Doutor Vital Martins Moreira e do Professor Pedro Matias Pereira, sobre Aeroporto do Montijo

O Sr. Vice-Presidente começou por dar a palavra ao Sr. Deputado João Gonçalves Pereira (CDS-PP) para apresentação do requerimento, tendo o mesmo dispensado por já o ter feito em reunião anterior.

De seguida, pediu a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa (PS) para referir que o GP PS se reserva no direito de apresentar outras entidades para efeitos de realização de audições sobre o tema do requerimento apresentado.

Dada a palavra à Sra. Deputada Isabel Pires (BE), pela mesma foi referido que o GP BE votaria favoravelmente os requerimentos apresentados nos pontos 2 e 3 da ordem do dia. Mais referiu que, recentemente, tinha sido entregue uma carta ao Governo, subscrita por 43 cientistas, a solicitar uma avaliação não condicionada sobre o novo aeroporto, pelo que poderia ser importante ter em consideração a audição de outras entidades para além das indicadas no requerimento sobre o assunto em apreço.

O requerimento foi colocado a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, PAN e PEV.

3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição da Associação de Municípios da Região de Setúbal, da Plataforma Cívica «Aeroporto BA6-Montijo Não!» e do Engenheiro Carlos Matias Ramos sobre "a deliberação de indeferimento liminar na ANAC, respeitante ao Aeroporto na BA6/Montijo"

Dando entrada no ponto 3 da Ordem do Dia e não havendo inscrições sobre este ponto, foi o requerimento submetido a votação, o qual foi aprovado com os votos a favor do PSD, do BE e do CDS-PP e com a abstenção do PS.

4. Discussão do Projeto de Resolução nº 942/XIV/2.ª (BE) – “Recomenda ao Governo a manutenção e reforço do programa 365 Algarve”



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 105/XIV/ 2.ª SL

O Sr. Vice-Presidente da Comissão, Deputado Pedro Coimbra, deu a palavra ao Sr. Deputado João Vasconcelos (BE) para apresentação do Projeto de Resolução.

O Sr. Deputado apresentou o Projeto de Resolução referindo que o Algarve vive exclusivamente da atividade turística, atividade sazonal, tendo surgido, em 2016, o programa 365 Algarve, através da Secretaria de Estado do Turismo, como forma de combate à sazonalidade. Referiu que este programa mereceu o consenso da sociedade algarvia, o qual aliou a cultura ao turismo e ao ambiente, com ganhos substanciais para a primeira.

Mais referiu que surgiram várias centenas de projetos ao longo dos últimos quatro anos, tendo sido dados diversos exemplos de projetos que surgiram neste âmbito, como a primavera literária, em Faro, o festival do contrabando, o ciclo de guitarras e património, os encontros do devir, o festival da comida esquecida, etc.

Assinalou-se ainda que a pandemia condicionou fortemente estes projetos, questionando a sociedade algarvia a continuidade dos mesmos.

Assim, tendo em conta a grave crise que o Algarve atravessa, é o GP BE da opinião de que este programa deveria ser mantido e reforçado.

Dada a palavra ao Sr. Deputado Cristóvão Norte (PSD), o mesmo referiu haver alguns aspetos a assinalar. Desde logo o facto de o Governo, sempre que interpelado sobre este programa, mesmo em sede de audições na Assembleia da República, manifestar a intensão de renovar o programa. Pelo que a Assembleia da República tinha a perceção de que a avaliação que o Governo fazia da continuidade do programa era positiva como forma de diminuição da sazonalidade e reforço da política de eventos para promoção da criação artística da região.

Contudo, afirmou o Sr. Deputado, o que se verifica é não haver garantias de que este programa venha a ser organizado este ano ou em anos vindouros, até porque, até ao momento, a sua programação está parada, tendo os agentes culturais sido informados de que não há intensão de o Governo proceder à renovação do mesmo.

Mais se referiu que, outro aspeto crucial é o de saber se o programa tem acrescentado valor à região pois, apesar de haver um estudo da Universidade do Algarve sobre o impacto do programa Algarve 365 na região, o mesmo é muito superficial, pelo que para o GP PSD os benefícios do programa não são inteiramente claros.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 105/XIV/ 2.ª SL

Assinalou-se que, por princípio, o GP PSD é mais favorável a eventos em grandes organizações, com transmissão televisiva, de modo a possibilitar o retrato da região como sendo aberta, moderna e com o desejo de ser divulgada internacionalmente. Assim, eventos como a Fórmula 1, Moto GP ou Volta ao Algarve, quando são disputados em época baixa e quando mostram que a região tem muitas vantagens comparativas com outras em termos climáticos e gastronómicos, tem um efeito reprodutivo muito significativo.

Assim, referiu o Sr. Deputado, é necessário um estudo mais preciso sobre este programa e os seus efeitos, pois, o Algarve tem sido, cronicamente, uma região com poucos estímulos. Pelo que se deve olhar para a região com um olhar mais global. O GP PSD considera que, do ponto de vista de criação artística, o algarve tem défices muito significativos que resultam, em grande medida, do insuficiente financiamento para a região, algo que não é completamente ultrapassado nem por este programa nem pelas dotações orçamentais previstas pelo Ministério da Cultura para o Algarve.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado João Gonçalves Pereira (CDS-PP), no uso da qual referiu que o GP CDS-PP acompanha as preocupações constantes do Projeto de Resolução apresentado pelo GP BE, referindo que o algarve é um dos maiores ativos do país, na medida em que Portugal está muito dependente do turismo. Referiu ainda que, a região continua a ter uma forte dependência do setor do turismo, sem o qual um conjunto de empresas fica, obrigatoriamente, parado. Assim, o Algarve necessita de uma resposta política específica para os problemas da região, quer a nível económico como social.

Apesar de o programa 365 Algarve permitir mitigar a sazonalidade da região, é necessário ir mais longe, devendo o Governo criar soluções específicas para cada zona do país.

Pelo Sr. Deputado João Dias (PCP) foi referido que o GP PCP tem acompanhado, com preocupação, o que está a acontecer ao setor da cultura no Algarve.

O programa 365 Algarve, tendo desenvolvido a oferta cultural no Algarve numa época com baixa atividade turística. O GP PCP questionou o Governo sobre este programa, tendo o Ministério da Economia dado conhecimento do já referido estudo da Universidade do Algarve, o qual revelou que, apesar de o programa ter tido aspetos positivos, é necessário fazer mais pela região. A oferta cultural não pode estar



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 105/XIV/ 2.ª SL

dependente da capacidade de investimento das autarquias, nem da apetência do executivo das mesmas, pelo que importa criar um programa que responda às questões específicas da região do algarve.

Assim, o GP PCP acompanha o projeto de resolução apresentado, devendo o programa ser aprofundado.

A Sra. Deputada Jamila Madeira (PS), começou por agradecer as palavras de entusiasmo dos diferentes GP relativamente ao programa 365 Algarve, referindo que, em 2016, aquando do lançamento da iniciativa, nenhum dos deputados que aqui solicitavam tão veemente a continuação do programa se mostrara favorável ao mesmo. Referiu que o GP PS pretende e tem como preocupação dar resposta à quebra de sazonalidade da região do Algarve, considerando que, da avaliação do programa Algarve 365, feito pela Universidade do Algarve, o objetivo de atrair turistas fora da época alta turística não tinha sido plenamente conseguido, pelo que era necessário repensar as soluções, de modo a implementar um programa que atraia turistas e, conseqüentemente, que traga novos rendimentos e mais desenvolvimento.

Assim, o programa a aplicar terá de ser repensado e reformulado. O programa 365 Algarve não é a única solução para a região.

Por fim, foi dada a palavra ao Sr. Deputado João Vasconcelos (BE) para encerramento da discussão do Projeto de Resolução, que referiu que a opinião das entidades culturais é a contrária aos argumentos da Deputada Jamila Madeira, não estando o Governo, neste momento, a preparar qualquer outra medida alternativa. Assim, estranha-se que o Governo pretenda acabar com o programa Algarve 365, o qual contribuiu para a dinamização cultural e turística da região, sem antes haver uma avaliação do mesmo por parte do Governo, ainda que o programa pudesse e devesse ser reformulado.

Referiu-se que o Algarve está a beira de uma catástrofe social e económica, pelo que é necessário resolver rapidamente a situação, uma vez que o Governo não apresenta qualquer alternativa ao programa já existente, posto o que o Sr. Deputado agradeceu as palavras dos restantes Grupos Parlamentares.

Por fim, o Senhor Vice-Presidente da Comissão deu por encerrada a discussão sobre o PJR n.º 942/XIV/2.ª (BE), agradecendo os contributos de todos os intervenientes.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 105/XIV/ 2.ª SL

5. Apreciação e votação do Projeto de Voto n.º 500/XIV/2.ª (PSD) – “De Saudação pela nomeação de Cristina Fonseca como “Young Global Leader” pelo Fórum Económico Mundial”

Entrando neste ponto da Ordem do Dia foi, pelo Sr. Deputado Hugo Costa (PS), suscitada a questão sobre a competência da CEIOPH para apreciar o projeto de voto apresentado. Após intervenções por parte do Sr. Deputado João Gonçalves Pereira (CDS-PP) e Isabel Pires (BE), o Sr. Deputado Cristóvão Norte (PSD) solicitou que se procedesse à discussão e votação do Projeto de Voto n.º 500/XIV/2.ª (PSD) – “De Saudação pela nomeação de Cristina Fonseca como “Young Global Leader” pelo Fórum Económico Mundial”.

Apresentou o Projeto de Voto o Sr. Deputado Cristóvão Norte (PSD). Usaram da palavra os Srs. Deputados João Gonçalves Pereira (CDS-PP), que saudou o GP PSD pela apresentação do voto, e Hugo Costa (PS), que informou que o GP PS votaria favoravelmente o projeto de voto. O Projeto de Voto foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do PAN e do PEV.

6. Apreciação e votação da informação relativa ao Projeto de Resolução nº 973/XIV/2.ª (BE) – “Integração da linha do Vouga no programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos”

Entrando no ponto 6 da ordem do dia, e não havendo intervenções, o Sr. Vice-Presidente colocou a informação a votação, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do PAN e do PEV.

7. Apreciação e votação da informação relativa à discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.ºs 1075/XIV/2.ª (PCP) – “Pela defesa da SPdH Groundforce e dos seus trabalhadores” e 1087/XIV/2.ª (BE) – “Pelo controlo público da SPdH - Groundforce para garantir a defesa dos trabalhadores”

De seguida, foi dada a palavra aos diferentes GP para apreciação da informação relativa à discussão conjunta dos Projetos de Resolução acima melhor identificados. Não havendo inscrições, foi a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do PAN e do PEV.

8. Baixaram à Comissão os Projetos de Resolução:

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 105/XIV/ 2.ª SL

8.1. n.º 1095/XIV/2.ª (CH) – “Pela urgente liquidação dos salários em atraso aos trabalhadores da Groundforce”

8.2. n.º 1101/XIV/2.ª (JKM - Ninsc) – “Recomenda ao Governo zelar pela proteção laboral e social dos trabalhadores e trabalhadoras da SPdH Groundforce e o controle público da empresa”

O Sr. Vice-Presidente informou terem baixado à Comissão os Projetos de Resolução *supra* melhor identificados.

9. Baixaram para apreciação na especialidade os seguintes Projetos de Resolução:

9.1. n.º 965/XIV/2.ª (PSD) – “Construção da variante ferroviária Santarém - Entroncamento da linha do Norte”

9.2. n.º 957/XIV/2.ª (BE) – “Pela requalificação do troço vale de Santarém – Entroncamento da linha do norte, incluindo a variante em Santarém”

9.3. n.º 1001/XIV/2.ª (PS) – “Recomenda ao Governo a modernização da Linha do Norte entre Santarém e Entroncamento e a resolução do problema das Barreiras de Santarém”

O Sr. Vice-Presidente informou terem baixado à Comissão, na especialidade, os Projetos de Resolução que se acabam de identificar.

10. Outros Assuntos

10.1. Baixaram à Comissão os Projetos de Resolução:

10.1.1. n.º 1116/XIV/2ª (IL) – “Pelo não aumento de capital da TAP na Groundforce”

10.1.2. n.º 1117/XIV/2ª (PEV) – “Defesa dos direitos dos trabalhadores e o controlo público da SPdH Groundforce”

O Sr. Vice-Presidente informou terem baixado à Comissão os Projetos de Resolução que se acabam de identificar.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 105/XIV/ 2.ª SL

**10.2. Baixou à Comissão o Projeto de Resolução nº. 1111/XIV/2ª (CDS-PP)
– “Recomenda ao Governo que envie o PRR na sua versão final ao Parlamento para discussão e votação”**

O Sr. Vice-Presidente informou ter baixado à Comissão o Projeto de Resolução acima melhor identificado.

10.4. Convite para participação do Banco Mundial no "Global Parliamentary Workshop: From the Pandemic to the Paris Agreement: How to avoid a great divergence", 5 e 6 de abril de 2021 — Limite de 2 Deputados por Comissão. Representação cabe aos GP BE e PCP

Entrando no último ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Vice-Presidente informou ter sido recebido pela Comissão o Convite para participação do Banco Mundial no "Global Parliamentary Workshop: From the Pandemic to the Paris Agreement: How to avoid a great divergence", informando que o mesmo decorreria nos dias 5 e 6 de abril de 2021. Mais informou o Sr. Vice-Presidente que, a representação da CEIOPH caberia a 2 Deputados, os quais deveriam ser indicados pelo GP do BE e do PCP.

A reunião foi encerrada às 12:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 24 de março de 2021.

O VICE-PRESIDENTE

(PEDRO COIMBRA)



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

ATA NÚMERO 105/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira (PS)
Hugo Carvalho (PS)
Hugo Costa (PS)
Hugo Oliveira (PS)
Jamila Madeira (PS)
José Rui Cruz (PS)
Nuno Fazenda (PS)
Pedro Coimbra (PS)
António Topa (PSD)
Cristóvão Norte (PSD)
Emídio Guerreiro (PSD)
Isabel Lopes (PSD)
Jorge Salgueiro Mendes (PSD)
Sofia Matos (PSD)
Isabel Pires (BE)
Maria Manuel Rola (BE)
Bruno Dias (PCP)
João Gonçalves Pereira (CDS-PP)
Cristina Mendes Da Silva (PS)
Filipe Pacheco (PS)
Afonso Oliveira (PSD)
Duarte Marques (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Márcia Passos (PSD)
Pedro Pinto (PSD)
João Vasconcelos (BE)
João Dias (PCP)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Pinotes Batista (PS)
Ricardo Leão (PS)
Carlos Silva (PSD)
Filipa Roseta (PSD)
Inês De Sousa Real (PAN)
José Luís Ferreira (PEV)